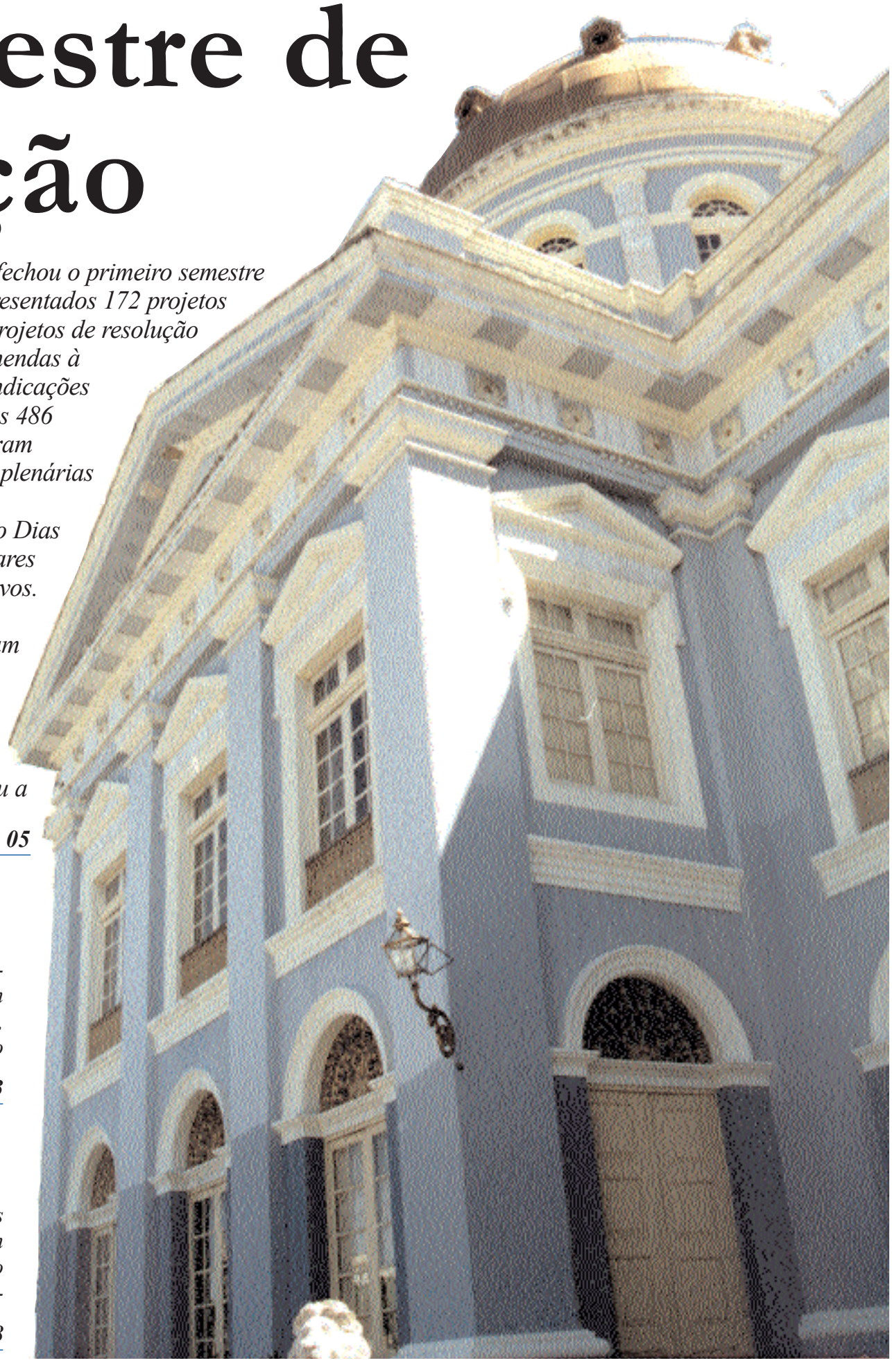
TRIBUNA PARLAMENTAR

INFORMATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO – ANO I – Nº 3 – AGOSTO DE 2001

Um semestre de muita ação



A Assembléia Legislativa de Pernambuco fechou o primeiro semestre deste ano com um balanço positivo. Foram apresentados 172 projetos de lei, dos quais 107 aprovados. Trinta e oito projetos de resolução deram entrada (vinte e três aprovados), sete emendas à Constituição, dois decretos legislativos, 1052 indicações (990 aprovadas) e 538 requerimentos, dos quais 486 aprovados. Os números indicam, ainda, que foram emitidos 671 pareceres, realizadas 94 reuniões plenárias e uma Comissão Temporária.

Diante desse quadro, o presidente Romário Dias destacou o esforço concentrado dos parlamentares para dar uma dinâmica aos trabalhos Legislativos. Diversos programas foram desenvolvidos internamente na Casa, além de outros que deram maior visibilidade ao Poder.

Os líderes do Governo e da Oposição também fizeram as suas avaliações, destacando o que – em suas óticas – significou avanço e retrocesso. No final, ganhou a democracia.

Leia no editorial, págs. 03, 04 e 05

Reformulação do Regimento será principal tema do 2º semestre

Considerado "a Bíblia do Parlamentar", o Regimento Interno passa por uma reformulação. Um grupo de trabalho está debruçado sobre a matéria, que será o principal tema das discussões no segundo semestre.

Pág. 03

Assembléia Legislativa terá restaurante aberto ao público

Por decisão da Mesa Diretora, a AL aplicará recursos da venda de ações da antiga Telpe na construção de um restaurante. Ele funcionará nas dependências do prédio anexo IV e terá a função de proporcionar lazer e integração entre deputados e servidores.

Pág. 08

EDITORIAL

Compromisso ético e social

A promoção do desenvolvimento, a defesa da ética e da paz social, foram os temas prioritários nos debates e decisões do Legislativo no início da legislatura. Durante o primeiro semestre, portanto, a Assembléia Legislativa examinou as questões vitais aos interesses do Estado, do Nordeste, desenvolvendo ações visando a atender as reivindicações da sociedade e contribuir para adequar o processo de crescimento econômico e social.

Assim, as ações do Poder fortaleceram a luta por melhoria das condições de vida, afirmação dos direitos humanos e sociais, exigências de ajuste do Estado e prevalência das conquistas da sociedade. Nesse objetivo, a Assembléia ampliou o debate com as lideranças políticas e econômicas, aprofundou o exame de medidas do Executivo, das críticas e sugestões das forças sociais, esforço que resultou em maior participação e exercício do direito de cidadania.

No curso dos debates e ações, o Poder Legislativo firmou posição acerca de projetos estruturadores, como Suape, Transnordestina, duplicação da BR-232, Pólo Gesseiro, e cuidou de elaborar projetos e programas sobre segurança, educação, saúde e cultura. Nesse sentido, através da Comissão de Defesa da Cidadania, formulou um projeto destinado a combater a violência no Estado.

A iniciativa é reflexo do diálogo com os diversos segmentos sociais, da busca de alternativas, que marcaram as reuniões das Comissões Técnicas, os debates no plenário, com a participação de membros do Executivo e de instituições da sociedade. Assim, foram expressivos os encontros e sessões especiais que debateram questões como a situação da Sudene, a crise energética, a seca no Estado, a Lei de Incentivo à Cultura, a questão da hemodiálise.

Além da abordagem de tais temas, a Assembléia deu impulso à Escola do Legislativo, iniciou o projeto Parlamentares do Século XX, a definição do Código de Ética, e adotou o sistema de voto aberto para todas as matérias examinadas pelo Legislativo. Nesse aspecto, a Mesa Diretora persistiu na busca de atender aos reclamos da população, de ampliar o diálogo, o entendimento, com a preocupação de avançar no esforço de defender as instituições e fortalecer o regime democrático.

Dessa forma, as lideranças políticas e econômicas, o conjunto da sociedade, ganharam mais espaço para debater as questões do Estado, fazer suas críticas e sugestões. Essa linha de atuação enriqueceu o trabalho parlamentar, a interação com as forças sociais, e integra o compromisso ético e social do Legislativo, que se torna cada vez mais ousado, inovador.

O compromisso do Poder Legislativo visa, pois, assegurar o exercício amplo do direito de cidadania e a defesa dos direitos individuais, bem como o convívio com a divergência, a discordância, fortalecendo o Legislativo e a democracia, objetivos prioritários das ações da Mesa Diretora e das lideranças da Assembléia Legislativa.

ARTIGO

Corregedoria para fiscalizar o Legislativo

*Augusto Coutinho **

Nos últimos anos, o cenário político, tanto local quanto nacional, tem sido palco para escândalos, denúncias, e, por mais de uma vez, cassação de mandatos, culminando com o *impeachment* de um presidente. Essa constante exposição negativa dos Poderes, em particular do Poder Legislativo, tem duas faces: uma positiva e outra negativa. A positiva é que, dessa forma, a verdade vem a tona, as mazelas são expostas e combatidas. A negativa é que essa exposição nivela, erradamente, todos os parlamentares, manchando a imagem do Poder e dos que o constituem: todos passam a ser culpados, corruptos, anti-éticos aos olhos do povo, e pagam pelo erro cometido por um; ou por alguns.

Assim sendo, temos dois objetivos a alcançar: reconhecer como legítima a pressão feita pela mídia e pela população, que nos cobra a apresentação de propostas que visem moralizar o Poder; e o outro é zelar por nossa própria imagem, individualmente, como políticos – e isso é o mínimo que podemos dar a quem nos elegeu.

No mês de junho do ano passado, apresentei um projeto que prevê a criação da Corregedoria da AL. De acordo com o projeto, a Corregedoria será ocupada por um deputado eleito especialmente para o cargo e nos mesmos moldes fixados para a eleição da Mesa Diretora, cujos mandatos serão coincidentes. A função do Corregedor será acompanhar e fiscalizar as ações internas do Poder Legislativo, quer sejam de caráter político processual, legislativo ou administrativo, relacionados aos próprios deputados, com o objetivo de assegurar uma postura transparente e de decoro parlamentar.

Vale salientar que a função de corregedor será exercida exclusivamente por um parlamentar, sem qualquer vinculação com a Mesa Diretora e sua estrutura funcional estará restrita ao gabinete já existente do mesmo deputado, evitando, dessa forma, que existam gastos adicionais e desnecessários. Caso seja necessário, será permitida a requisição de pessoal técnico, pertencente ao quadro de servidores da Casa, a fim de auxiliar nos serviços.



As penalidades sugeridas pela Corregedoria prevêem censura; perda temporária do exercício do mandato, não excedente a trinta dias; e, em último caso, a perda do mandato. Considera-se incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas a membro da Assembléia Legislativa; a percepção de vantagens indevidas e a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Esta foi a forma que encontrei de atuar nessa luta rumo à moralização do Poder do qual faço parte. Acredito que, caso o projeto seja aprovado, essas medidas nos permitirão avaliar de forma transparente e correta as ações internas, realizadas pelos parlamentares. Reconheço que não será fácil a função exercida pelo corregedor. Julgar ações de colegas, correr o risco de ser mal interpretado, caminhar na corda bamba, passível ele próprio de errar. Mas chegamos num ponto onde não há mais pra onde avançar; e não podemos voltar atrás. Precisamos fazer algo, seja qual for o preço que nós mesmos, parlamentares, tenhamos que pagar. É necessário que tenhamos a coragem de quebrar todas as correntes que, porventura, ainda nos prendam a um possível corporativismo. Do contrário, corremos o risco de, num futuro bem próximo, sermos julgados – e condenados – por ele.

** Líder do PFL*

P.S.: Atualmente, o projeto que cria a Corregedoria da AL encontra-se na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, através da Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Ana Lúcia Lins, Antônio Azevedo, Antônio Magalhães, Cláudia Lucena, Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto e Pedro Marins. **Estagiários:** Gustavo Hahnemann e Renata Rodrigues. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Roberto Soares, João Santana e Moisés Barbosa. **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*



Um grupo de trabalho foi criado para estudar as mudanças no Regimento

LEGISLATIVO

A nova cara do Regimento Interno da Assembléia

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa está sendo modificado. Considerado a "Bíblia do parlamentar", o conjunto de normas que regem desde o momento da posse do deputado até uma possível perda de mandato não sofria alterações, desde dezembro de 1991. Nessa época, a Resolução nº 156, assinada pelo então presidente da AL, deputado Geraldo Barbosa (PFL), adaptou o Regimento às Constituições Federal (1988) e de Pernambuco (1989). Em dez anos, muita coisa mudou na AL e no Estado, daí a necessidade de rever as regras novamente.

Consciente disso, a atual Mesa Diretora da Assembléia, presidida pelo deputado Romário Dias (PFL), determinou a criação de um grupo de trabalho para estudar as mudanças. Uma delas tem o propósito de aproximar ainda mais as 12 comissões permanentes da Assembléia Legislativa da sociedade. "É intenção do presidente Romário Dias fazer com que essas comissões dêem cada vez mais visibilidade à Casa, permitindo uma interação mais constante com a população", destacou o procurador-geral, Sílvio Pessoa Júnior.

O grupo é formado pelo diretor do Departamento de Assistência Legislativa, José Carlos Santana; diretor do Departamento de Assistência Parlamentar, ex-deputado Eduardo Araújo; procurador-geral da Assembléia, Sílvio Pessoa Júnior; procurador Douglas Moreno (também do quadro da AL); e pelos professores Zélia Castro e Júlio Correia, do Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Ipad).

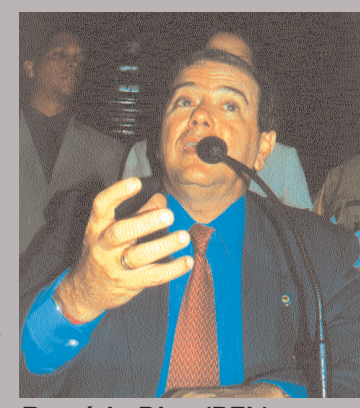
José Carlos Santana cita o capítulo que trata do subsídio e da ajuda de custo do parlamentar como um dos pontos do Regimento Interno que precisa ser alterado. "Ele já não mais está em consonância com a Constituição Estadual", observa. A Emenda Constitucional nº 16, de 25 de maio de 1999, estabelece que a fixação dos subsídios dos deputados, do governador do Estado e do vice-governador deve ser feita por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa. No entanto, o Regimento em vigor prevê que deve ser por Projeto de Resolução.

NOVIDADES

A emenda que aboliu o voto secreto, a atual proibição de criar municípios em Pernambuco, a flexibilidade de horários das sessões plenárias também são outras mudanças que serão incluídas no novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa. O atual Regimento estabelece que as sessões plenárias tenham início às 14h30 e fim às 18h30. Entretanto, em conseqüência do racionamento de energia, as reuniões passaram a ocorrer no turno da manhã.

Romário destaca esforço dos deputados para zerar a pauta

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL), avaliou positivamente as atividades do primeiro semestre deste ano. Ao analisar os números do Poder Legislativo e os principais fatos que marcaram o período, Romário ressaltou o trabalho para desenvolvimento interno da Casa. Destacou também o esforço generalizado para zerar a pauta de matérias pendentes.



Romário Dias (PFL)

"Se isso não ocorresse, caminharíamos para a auto-convocação", assinalou, informando que só deixaram de ser apreciados dois projetos do Poder Executivo: um a pedido do próprio Governo e outro enviado no último dia de sessões legislativas.

O interesse pelo desenvolvimento das Comissões Permanentes da Casa foi citado como exemplo pelo presidente, ao analisar os trabalhos internos. "Elas passaram a ter uma maior integração e desenvolvimento", observou.

Romário Dias também citou ações como a instituição do Programa de Controle de Qualidade – visando à obtenção do certificado ISO 9000 –, cursos promovidos pela Escola do Legislativo e a incorporação de estagiários para conhecer de perto o funcionamento da Casa Joaquim Nabuco.

A publicação de 22 perfis dos melhores parlamentares do século XX – trabalho que ainda está em andamento – foi outro ponto citado pelo presidente. Ele também lembrou visitas importantes ocorridas durante o semestre, a exemplo da delegação de parlamentares norte-americanos, que estiveram visitando as Casas Legislativas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

No balanço das atividades do Legislativo no primeiro semestre, foram apresentados 172 projetos de lei, dos quais 107 aprovados. Trinta e oito projetos de resolução deram entrada (vinte e três aprovados), sete emendas à Constituição, dois decretos legislativos, 1052 indicações (990 aprovadas) e 538 requerimentos, dos quais 486 aprovados. Os números indicam ainda que foram emitidos 671 pareceres, realizadas 94 reuniões plenárias e funcionou uma Comissão Temporária.

Grupo de trabalho se reúne semanalmente na sede do Ipad

Semanalmente, o grupo que estuda as mudanças no Regimento Interno da Assembléia Legislativa tem se reunido na sede do Ipad. O Instituto tem dado suporte técnico à comissão, no que diz respeito a orientações sobre o roteiro e a metodologia de trabalho. Segundo o procurador-geral da AL, Sílvio Pessoa Júnior, e o diretor do Departamento de Assistência Legislativa, José Carlos Santana, o cronograma prevê a entrega de uma minuta de Projeto de Resolução à Mesa Diretora, no fim de agosto.

Os deputados integrantes da Mesa analisarão a minuta, acatando ou não as propostas, e elaborarão o Projeto de Resolução, que tramitará normalmente na Casa antes de ser levado ao Plenário. Até lá, o grupo de estudo continua recebendo sugestões dos parlamentares da Casa.

Sílvio Pessoa Júnior também destacou, além do fortalecimento das 12 comissões permanentes da Assembléia Legislativa, a necessidade de enxugar o texto do Regimento Interno. "É preciso torná-lo mais acessível ao próprio parlamentar que o manuseia", observou.

O diretor do Departamento de Assistência Parlamentar, ex-deputado Eduardo Araújo, também integrante do grupo que propõe mudanças no RI, ressaltou o estudo comparativo com os Regimentos Internos de Assembléias de outros Estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Araújo considera de fundamental importância, como conseqüência desse trabalho, o fortalecimento das comissões da AL.

ENTREVISTA

Líderes do Governo e Oposição aval

Teresa Duere (PFL) e José Queiroz (PDT) destacam as principais ações desenvolvidas este ano. Abordam os papéis das bancadas de Governo e de Oposição, assinalando os desafios que o Legislativo enfrentará no segundo semestre. Nessa entrevista, os líderes também falam sobre o relacionamento com o Poder Executivo e temas como Regimento Interno e Código de Ética.



Teresa acredita que o semestre ajudou o soerguimento do Estado

TERESA DUERE (PFL)

TP – Qual o papel institucional da bancada da Situação para contribuir com o desenvolvimento de Pernambuco?

Teresa Duere – A função institucional da bancada da Situação na Assembléia Legislativa, é, sobretudo, acompanhar as dúvidas populares, através do Orçamento Participativo, propor ao Poder Executivo projetos ou intervenções que possibilitem o desenvolvimento do Estado. A função de fiscalizar o Executivo também cabe à referida bancada, objetivando críticas construtivas e sugestões quando necessárias, para o encaminhamento dos projetos em atividade, execução ou a executar. Sempre pensando no objetivo maior que é o desenvolvimento de Pernambuco.

TP – Como está o funcionamento da liderança do Governo após sua efetiva criação?

TD – Procuramos realizar um trabalho colegiado, através da participação efetiva dos líderes partidários, assim como das vice-lideranças. Mantemos uma relação respeitosa com a liderança da Oposição, tendo como finalidade propiciar ao governo condições de trabalho que levem o Estado de Pernambuco a recuperar sua economia e propiciar melhores condições de vida à população.

TP – Que papel está desempenhando seu vice-líder?

TD – O vice-líder do Governo, deputado Roberto Liberato (PL), é um parlamentar sempre presente e com muita contribuição a dar. Ele nos ajuda a coordenar o colégio de líderes e participa das tarefas que nos são delegadas pelo colegiado.

"Temos como prioridade obras viárias, hídricas e sociais. Vamos oferecer condições na AL para essas ações"

TP – Como a senhora avalia o desempenho da Assembléia Legislativa no primeiro semestre?

TD – A Casa Joaquim Nabuco, no primeiro semestre de 2001, teve pontos relevantes importantes. Vale ressaltar que a pauta dos projetos encaminhados à Assembléia foi cumprida, não ficando nenhum sem votação. Tivemos a votação amplamente discutida da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e aprovamos renovação e contratos no valor de US$ 2 milhões de dólares para os pequenos produtores rural. Tivemos um grande avanço com a discussão e aprovação da lei para controle dos resíduos sólidos; fizemos várias audiências públicas ouvindo a população sobre temas de interesse coletivo. Discutimos a crise de energia, tirando dúvidas da população e sugerindo alternativas. Acreditamos que foi um semestre extremamente produtivo no fortalecimento do projeto de realizar o soerguimento de Pernambuco.

TP – Quais as prioridades da Assembléia Legislativa para este segundo semestre?

TD – A AL, através da sua Comissão de Meio Ambiente, estará lançando, no início de agosto, um concurso para estudantes, mestrandos, doutorandos e técnicos, sobre gestão de recursos hídricos no semi-árido. Esta iniciativa, além de chamar atenção sobre a importância das questões ambientais, abre uma porta de intercâmbio com os universitários, como já é feito com os secundaristas, através das aulas de cidadania. Teremos a análise e aprovação do Orçamento do Estado para 2002. Continuaremos com o cronograma das visitas de fiscalização às obras do Governo. Vamos voltar a discutir e levar à votação o Plano de Uso do Solo do arquipélago de Fernando de Noronha, assim como teremos vários projetos importantes do Executivo para analisar, formular pareceres e levar à votação; bem como os projetos de iniciativa dos deputados.

TP – Qual o principal objetivo do Governo do Estado para este segundo semestre na Assembléia?

TD – O Governo do Estado tem como prioridade a condução do conjunto de obras viárias, hídricas e programas sociais. Pretendemos oferecer na AL todas as condições legais para a continuidade destas ações.

TP – O fato do Governo ter ampla maioria de votos no Plenário torna o cenário tranqüilo nas votações e ao mesmo tempo é um desafio manter coesa a bancada. O que a senhora faz para garantir a unidade em torno dos projetos do Governo?

TD – A bancada de sustentação ao governo se constitui em ampla maioria, por ser a representação de uma aliança política necessária para o resgate do desenvolvimento de Pernambuco. Tendo por base um objetivo claro e participativo de uma administração séria, competente e determinada a mudar os aspectos econômicos, culturais e sociais, como é o Governo de Jarbas Vasconcelos. E os partidos aliados buscam a unidade e o espírito colegiado no desempenho legislativo. A unanimidade não é perseguida, até porque não é construtiva, no fortalecimento democrático.

TP – Além de propor leis, a Assembléia tem a atribuição de fiscalizar a aplicação dos recursos estaduais. A bancada da situação está se voltando também para esta tarefa com o objetivo de mostrar as ações do Governo, além da duplicação da BR-232. Qual é a intenção deste trabalho?

TD – A AL, através da sua Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, vem avançando no acompanhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na execução do orçamento, permitindo o acesso ao SIAFEM (Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios), o que torna transparente as contas dos poderes e de órgãos, como o Ministério Público. Continuamos com um cronograma de fiscalização das obras e projetos. Temos certeza que não teremos condições de verificar todas as obras, pois é impossível irmos aos mil quilôme-

izam trabalhos do primeiro semestre



Queiroz defende um Regimento e Código de Ética objetivos

tros de estradas que estão sendo asfaltadas, como também a mais de 100 obras hídricas de relevância para a população. Entretanto, vamos a muitas delas com o novo aeroporto do Recife, que é de fundamental importância, assim como a Barragem de Pirapama, que vai reforçar o abastecimento da Região Metropolitana do Recife. Temos muito para fazer este ano e o que a população deseja é que seus representantes , na Casa de Joaquim Nabuco, exerçam o seu papel parlamentar.

José Queiroz (PDT)

TP – Qual o papel institucional da bancada da Oposição para contribuir com o desenvolvimento de Pernambuco?

José Queiroz - Ser uma oposição crítica devidamente fundamentada e levando em consideração os interesses maiores da coletividade. Essa tem sido a postura adotada por todos os membros da bancada da Oposição ao governo Jarbas Vasconcelos. Às vezes, incompreendidos nos nossos gestos, que imperativamente legais são interpretados sempre como apenas de oposição.

TP – O fato da Oposição ter apenas 12 votos torna o cenário difícil nas votações. Diante desta constatação, o que o senhor e os seus liderados têm feito para enfrentar o desafio de ampliar a atuação da bancada?

JQ – Apesar de não termos maioria no Plenário, temos convencido e sensibilizado os segmentos da base governista a votarem muitos assuntos que nós defendemos. Não entendemos como os deputados do Governo se portam simplesmente em solidariedade ao governo. Entendemos que o Brasil tem que mudar. Quem é base de sustentação de governo não pode cegar diante de fatos que comprovadamente comprometem o interesse coletivo. Damos exemplo com o projeto de lei que tramitou no semestre passado na AL. Demonstramos estatisticamente através do deputado de oposição Paulo Rubem (PT), que todos os municípios pernambucanos perderiam com a alteração da lei que previa redução das quotas de ICMS para os municípios. Levamos isso aos companheiros deputados de todos os partidos e eles apenas entenderam que o gesto melhor era aquele de solidariedade ao governo e aprovaram a emenda. Nós entendemos que isso enfraquece o Parlamento.

TP – De que forma a criação da estrutura para a liderança da Oposição pode colaborar, ainda mais, para aumentar a democratização das relações entre deputados e sociedade?

JQ – Foi importante a criação desses blocos de Oposição e Situação. Mas é preciso que quem no exercício da liderança tenha a compreensão da solidariedade na distribuição democrática da ação plural. Do contrário, podemos enveredar pela questão que tanto se criticou na Câmara Federal: de que centralizando as decisões no líder, se anularia a atuação natural de todos os deputados. Em Pernambuco, nós fazemos exatamente o contrário, dividimos com os companheiros, ficando apenas na coordenação, ou seja, dando um sentido plural, democrático e solidário a essas ações.

TP – Qual a avaliação que o senhor faz do primeiro semestre deste ano na AL?

JQ – Nós entendemos que a AL teve uma destacada atuação. Tanto a bancada de Oposição cumpriu o seu papel eficientemente soube ser vigilante, esclarecedora, determinada, altiva quanto a bancada do Governo cumpriu o seu papel. Eu posso dizer que nesse primeiro semestre a Assembléia viveu um momento rico de debates, de discussões, de encaminhamentos e de assuntos de interesses da coletividade. E tenho certeza que a avaliação que a sociedade começa a fazer, assimilando esse aperfeiçoamento institucional das nossas ações, vai exatamente ao encontro desse compromisso maior que é o de que o parlamento seja autêntica representação popular.

"A Oposição cumpriu o seu papel eficientemente: soube ser vigilante esclarecedora determinada e altiva"

TP – Quais as prioridades da Assembléia Legislativa para este segundo semestre?

JQ – Nós devemos continuar cumprindo o papel, sem estabelecer prioridades. Porque isso é muito dinâmico e depende muito de como as coisas acontecem. De repente eclode um movimento onde a Assembléia precisa se fazer presente, quer seja pela sua bancada de Oposição, quer pelo contraponto do Governo. Há uma disposição muito grande de todos os parlamentares do bloco de Oposição de trabalhar de forma a mais objetiva possível para ajudar a AL a se projetar ainda mais no conceito da sociedade. Por isso não se estabelece prioridade, a não ser uma atuação firme, decidida em defesa dos interesses do Estado.

TP – Que alterações deve receber o Regimento Interno para ampliar o funcionamento da AL?

JQ – Ao invés de detalhar pontos específicos, até pela complexidade de um Regimento Interno e pela sua extensão, nós entendemos e já havíamos oferecido essa visão: o Regimento tem que ser simplificado ao máximo. Defendemos a racionalização dos assuntos, a objetividade e concisão na colocação desses assuntos dentro do Regimento e naturalmente o fortalecimento da instituição, ou seja, não apenas do RI, mas do Código de Ética.

TP – Preocupa a Oposição a garantia de espaços no Regimento Interno para o exercício pleno dos mandatos parlamentares?

JQ – Evidente que isso é uma prerrogativa que eu nem discutiria. Porque o Parlamento mundial só se afirma quando há um respeito à pluralidade de pensamento. Hoje nós somos Oposição; amanhã Governo. E é exatamente nesse jogo alternado de poder, de posições, que a democracia permite, o que dá a convicção de que se deve ter uma peça capaz de responder a todos os momentos, não oportunisticamente trabalhar em situações que favoreçam a quem está no poder. Este é o Regimento que nós pensamos. Uma Constituição do Estado assim deve ser, uma Constituição Federal também.

TP – Qual a importância do Código de Ética para a atividade parlamentar na Assembléia?

JQ – Os exemplos recentes ocorridos no Brasil, principalmente no Congresso Nacional denotam que o Parlamento brasileiro, precisa de instrumentos eficientes para dar respostas objetivas e urgentes aos assuntos. Agora mesmo, a questão do presidente do Senado, Jáder Barbalho, aponta para que as Casas Legislativas se preocupem com o aperfeiçoamento institucional dos seus mecanismos.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Frente defende criança e adolescente

Nada mais emblemático do que aproveitar os 11 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente para refletir sobre as conquistas alcançadas no período e propor ações que assegurem os direitos adquiridos. Em Pernambuco, local de vanguarda no assunto, estão sendo recolhidas assinaturas de deputados estaduais para a criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A iniciativa vem se somar a outras de mesmo porte como o Sistema de Garantia dos Direitos, Conselhos de Direito e Tutelares, Delegacia Especializada, Juizado da Infância e Juventude e os Centros de Defesa. "Acreditamos no apoio maciço porque é uma questão da maior importância, que precisamos tratar de forma prioritária", defende o deputado Sérgio Leite (PT), que está liderando o movimento. Segundo o parlamentar, o grande valor da Frente é a articulação entre entidades como Unesco e Unicef e diversos segmentos da sociedade em prol de uma causa mais que justa.



Leite: articulação com Unesco e Unicef

Leite acredita que, apesar das ações prósperas que vêm sendo desenvolvidas, Pernambuco ainda é carente em iniciativas eficazes. "As crianças precisam ter sua cidadania plena garantida, mas infelizmente o que vemos hoje são muitas delas envolvidas com drogas, prostituição e marginalidade. Tudo reflexo da falta de uma política definida na área", lamenta.

Os objetivos da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente são ousados. Entre outros, os deputados pretendem destinar recursos suficientes no Orçamento do Estado para os direitos fundamentais, alocar verba de outras esferas governamentais para o custeio de projetos na área (fiscalizando sua aplicação), incentivar a profissionalização da juventude e combater todas as formar de morte praticadas contra a criança e o adolescente. Vale salientar que já existe a Frente Parlamentar Nacional, criada no Congresso, cujos integrantes devem ser trazidos à AL quando o movimento estiver formalizado.

CULTURA

Alepe abre espaço para artistas pernambucanos

Os artistas pernambucanos têm um espaço diferente para expor seus trabalhos. Dentro da programação do Projeto Cultura e Arte no Poder Legislativo, ganham a oportunidade de levar suas obras à Casa Joaquim Nabuco. A partir do projeto, todos os meses uma nova exposição é promovida pela Alepe, que já trouxe grandes nomes das artes plásticas do Estado.

Sob a coordenação da diretora do Cerimonial, Socorro Vilaça, o Projeto propõe trazer a arte e a cultura até a Assembléia Legislativa. "Nossa proposta é despertar a sensibilidade de parlamentares, funcionários e da sociedade em geral para a cultura e as artes", frisou. A partir desse princípio, uma variedade de estilos e cores já passou pelo Salão Nobre do Palácio Joaquim Nabuco. Estiveram expostos desde telas e esculturas a panfletos eleitorais. As jóias da designer Lourdinha Oliveira, as xilogravuras de J. Borges, os quadrinhos de Chico Laranjeira, as esculturas de Nicola e o acervo de presépios da coleção da atriz Geninha Rosa Borges são alguns dos exemplos da variedade do material exposto na Alepe.

Dentre tantos trabalhos, a mostra que mais causou curiosidade do público foi elaborada pelos próprios parlamentares. Atraindo centenas de pessoas no mês que ficou em cartaz, a Mostra que retratava a evolução das campanhas eleitorais nos últimos 40 anos. A exposição reuniu os mais diversos tipos de cartazes e panfletos, com o material cedido pelos próprios deputados.

MÚSICA – Com o sucesso do primeiro projeto, o cerimonial da Casa já estuda uma outra iniciativa. A nova proposta consiste em trazer agora a música para dentro da AL. Num projeto ousado, Socorro Vilaça propõe a compra de um piano para a realização de mini-concertos. "O objetivo é convidar alunos das Escolas de Música do Estado para realizar concertos no nosso Salão Nobre e trazer também a música para dentro da Alepe, a exemplo do que acontece com as artes plásticas no Projeto Cultura e Arte", destacou.



As exposições no Salão Nobre são renovadas a cada mês

ALEPE ONTEM E HOJE

Falta de luz existe desde o Império

A situação em que se encontra o país, com racionamento e uma grande preocupação sobre a violência e a insegurança que a falta de luz pode trazer são preocupações da população desde os tempos do Império. Verdadeiras relíquias, alguns documentos do acervo do Projeto Memórias do Legislativo, descrevem bem essa angústia e comprovam que após mais de um século, os fatos da História se repetem.

Dois dos documentos analisados propõem a ampliação dos postes de iluminação – vale salientar que, na época, a iluminação pública era feita por lampiões –, na intenção de não só promover o desenvolvimento da cidade, como também evitar que a população ficasse exposta a assaltos por causa da escuridão. O fato é corriqueiro nos dias atuais, principalmente após as determinações de racionamento de 35%, o que deixou a cidade novamente às escuras.

"Os baixo assinados moradores da rua do Seve da Freguesia da Boa Vista desta cidade, requerem a esta Assembléia se digne marcar na Lei do Orçamento a quota precisa para quatro lampiões, pouco mais ou menos, que são necessários colocar na subdita rua para sua iluminação, (...), não só pela razão expendida como também por ser o seguimento da rua da União, que não deve ficar em trevas de certo ponto para diante, tornando-se desta forma intransitável, e seus moradores sujeitos a serem assaltados por malfeitores a sombra da escuridão da noite. (...)"
(Petição apresentada pelos moradores do Bairro da Boa Vista, em abril de 1850)

COMISSÃO DE JUSTIÇA

186 projetos apreciados no semestre

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), ponto de partida das matérias em discussão na Casa, teve um primeiro semestre agitado. Além dos 186 projetos de lei que foram apreciados e passaram pelo crivo dos deputados que a compõem, a CCLJ promoveu audiências públicas e sessões extraordinárias. Em pauta, temas como o acesso das minorias às universidades públicas, a Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID) aos funcionários da Secretaria da Fazenda e a utilização de programas de informática de código aberto nas repartições públicas.

A Comissão de Justiça analisa o aspecto constitucional, legal e jurídico das matérias, além de opinar sobre o exercício dos poderes

Presidida pelo deputado José Marcos de Lima (PFL), a Comissão manifesta-se sobre o aspecto constitucional, legal e jurídico das matérias e opina sobre o exercício dos poderes estaduais, organização judiciária, ajustes, convenções, litígios e atos normativos do Poder Executivo, entre outros. Sempre que a CCLJ, por dois terços de seus membros, emitir parecer concluindo pela inconstitucionalidade de uma proposição, está será encaminhada à Mesa Diretora para inclusão de modo prioritário na Ordem do Dia.

No primeiro semestre, passaram pela CCLJ matérias polêmicas como os projetos de lei do deputado Lula Cabral que proíbem a utilização de animais ferozes em espetáculos públicos (aprovada por unanimidade) e do deputado André Campos sobre a concessão de incentivo fiscal às empresas e instituições privadas que contribuírem com os esportes amadores (rejeitado por unanimidade). Também iniciou na Comissão sua peregrinação pela Casa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 21/2001, de autoria do deputado Ranilson Ramos (PPS), que limitava o voto secreto na AL. A PEC recebeu quatro emendas, teve dois relatores e pareceres que acabaram sendo rejeitados, antes de ser aprovada em plenário no dia 27 de junho.



A CCLJ, "coração" do legislativo, analisou diversas matérias polêmicas

A Comissão é composta pelos deputados Carlos Lapa (PSB), Augusto César (PSDB), Bruno Araújo (PSDB), Hélio Urquisa (PMDB), Henrique Queiroz (PPB), Lula Cabral (PFL), Sebastião Rufino (PFL) e Sérgio Pinho Alves (PSDB). Entre as matérias a serem analisadas no segundo semestre deste ano, destacam-se o Código de Ética e a reformulação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

COMISSÃO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Em pauta, o debate sobre a crise energética brasileira

A crise energética dominou as discussões promovidas pela Comissão de Ciências, Tecnologia e Informática (CCTI) no primeiro semestre de 2001. Presidida pelo deputado Sérgio Leite (PT), a CCTI esteve presente nas cidades de Afogados da Ingazeira e São José do Egito, onde foram realizadas audiências públicas e visitas a diversas localidades que utilizam o sistema fotovoltaico. Como resultado, os representantes da CCTI trouxeram as reclamações dos usuários do suporte dado pelos órgãos competentes e as solicitações de ampliação do sistema, principalmente para o setor avicultor.



Além da questão energética, a Comissão abordou temas como a ARPE

Em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, a CCTI também promoveu audiências públicas na capital a respeito do tema. No dia 30 de maio, os deputados tiveram a presença dos membros do comitê Gestor da Crise no Estado, quando foi apresentado um conjunto de medidas a serem tomadas pelo Governo para enfrentar e minimizar os problemas gerados pela falta de energia. Em outra ocasião, foi discutida a falta de estrutura da Agência Reguladora do Estado (Arpe), criada no início de 2000, mas ainda atuando de forma tímida. Como alternativa, a Comissão recebeu para análise um projeto de autoria do deputado Antônio Moraes (PSDB) sobre a utilização do sistema de aquecimento de água nas edificações de uso residencial e unifamiliar em Pernambuco.

A CCTI esteve em Afogados da Ingazeira e São José do Egito, participando de audiências públicas e visitas à comunidade

Outro assunto que mereceu atenção especial da CCTI foi a utilização de programas abertos de computador (*softwares* livres) nas instituições públicas do Estado. Três projetos – de autoria dos deputados André Campos (PTB), Paulo Rubem Santiago (PT) e Sérgio Leite – nesse sentido foram apresentados. A Comissão esteve, ainda, representada no I Fórum Internacional de Brasília, quando foi debatido o avanço do sistema aberto e suas aplicações nos diversos níveis e órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Também são titulares da Comissão de Ciências, Tecnologia e Informação os deputados Augusto Coutinho (PFL, vice-presidente da Comissão), Beto Gadelha (PSL), João Braga (PV) e Sérgio Pinho Alves (PSDB).

INFRA-ESTRUTURA

Restaurante proporcionará lazer a servidores

Em breve, os servidores da Alepe contarão com um novo espaço. Com uma proposta inicial de construir um restaurante, a Mesa Diretora decidiu apostar num espaço não somente de alimentação, mas num local para conversas, encontros, trocas de idéias e, principalmente, de interação entre os parlamentares e os funcionários que fazem a Casa Joaquim Nabuco.

O local já está definido. A construção ficará abrigada na parte de trás do anexo IV, com a frente para a Rua da Saudade. Mesmo com a idéia ainda não descrita nas plantas, o espaço deve possuir as características de um restaurante de porte médio, segundo informa o primeiro secretário da Casa, deputado João Negromonte (PMDB). "A intenção da Mesa vai além da construção de um restaurante. A maior proposta é criar um local que sirva de apoio para eventos, possua um espaço de lazer e tenha a proposta de unir funcionários e deputados num só lugar", confirma.

Uma outra preocupação dos idealizadores do projeto é construir um edifício inteligente, seguindo os mais novos padrões de qualidade e de preservação ambiental. Para isso, a Alepe pretende realizar parcerias com universidades do Estado, no sentido de estudar e viabilizar a melhor forma de aproveitamento dos recursos naturais, tais como iluminação e ventilação – o que mostra que a Casa também está preocupada com a contenção de energia. "O projeto será elaborado em cima das condições climáticas e ambientais do espaço escolhido", ressalta Margareth Mendonça, assessora da Casa e uma das responsáveis pelo estudo.

Para concretizar a obra, a Assembléia colocará à venda ações da antiga Telpe. Com isso, viabilizará a maior parte das verbas necessárias para a construção. O orçamento está em aproximadamente R$ 300 mil, e o projeto arquitetônico está sendo realizado dentro da própria Casa, por um engenheiro e dois arquitetos, todos funcionários da Alepe.



João Negromonte: edifício inteligente e preservação ambiental

Os serviços oferecidos serão terceirizados e o espaço ficará sob o comando de uma empresa privada, vencedora de uma licitação. "Queremos um local simples, mas que seja confortável e atenda às necessidades de nossos servidores e dos parlamentares", define Negromonte.

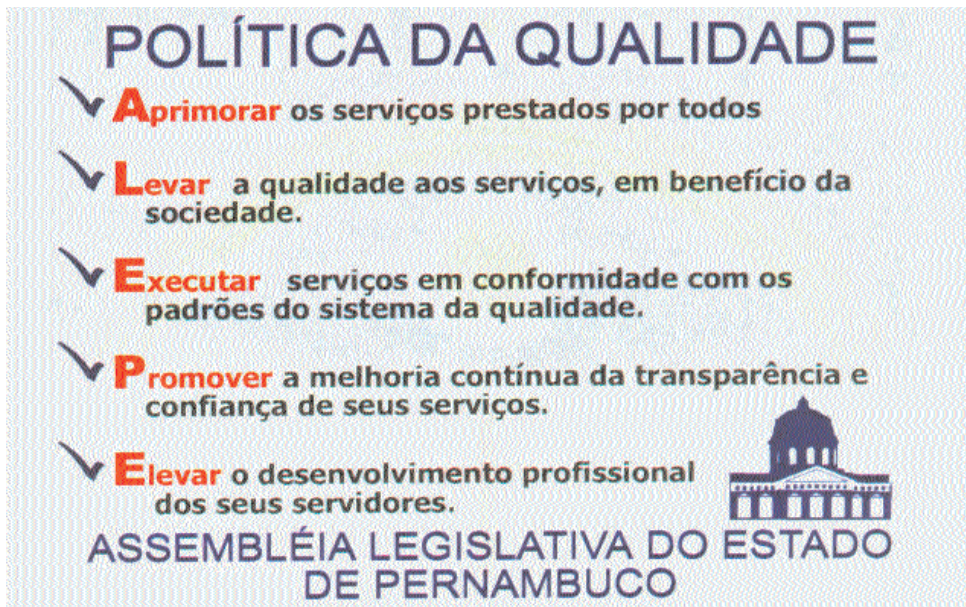
QUALIDADE

Mascote "Alepinho" será escolhido em outubro

Um simpático personagem vai estar presente no cotidiano da Assembléia Legislativa de Pernambuco em meados de outubro: será o "Alepinho", mascote do Programa de Qualidade que vem sendo implantado pela Casa desde maio passado, por orientação do 1º Secretário, deputado João Negromonte. A escolha do mascote se dará por concurso entre os servidores do Poder Legislativo. Eles podem também apresentar, no mesmo concurso, sugestões do logotipo do programa e letra e música de uma melodia fazendo referência ao conceito de Qualidade nas atividades da Casa. A entrega dos trabalhos vai até o dia 25 de setembro deste ano.

O concurso para criação da simbologia do Programa de Qualidade da AL vai destinar prêmios tentadores para as três categorias – mascote, logotipo e música: o primeiro lugar de cada uma vale R$ 1.000,00. O segundo, R$ 700,00, e o terceiro, R$ 500,00.

Segundo a responsável técnica pelo Programa de Qualidade da AL, a professora da Universidade de Pernambuco (UPE) Fátima Resende, os símbolos criados devem estar de acordo com as atividades que a Assembléia vêm desenvolvendo no setor de Qualidade Total, baseando-se nas diretrizes estabelecidas no programa: ALEPE – **A**primorar os serviços prestados por todos; **L**evar a qualidade aos serviços, em benefício da sociedade; **E**xecutar serviços em conformidade com os padrões do sistema de qualidade; **P**romover a melhoria contínua da transparência e confiança de seus serviços; e **E**levar o desenvolvimento profissional dos seus servidores.



Os princípios da Qualidade são divulgados através de propaganda

Fátima Resende informa que os candidatos podem participar de uma ou todas as categorias do concurso, desde que, com apenas um trabalho por categoria. Os trabalhos serão julgados por uma comissão formada por cinco integrantes indicados pelo 1º Secretário João Negromonte, constituída por representantes da Diretoria Geral, UPE, Departamento de Comunicação Social, Comissão de Qualidade e um profissional de marketing e propaganda. Os vencedores terão seus nomes divulgados no dia 18 de outubro.

Desde o dia 1º de Agosto, já é possível se inscrever no concurso no Anexo II, Sala da Qualidade, das 9h às 14h, até o dia 25 de setembro. A íntegra do regulamento do concurso está no site da Assembléia Legislativa na Internet: *www.alepe.pe.gov.br*.

CERTIFICADO – Fátima Resende informa, ainda, que no dia dois de agosto foram entregues os certificados do Sistema de Qualidade ISO 9000 para 45 servidores da área administrativa. A professora estima que até fevereiro do próximo ano os funcionários deste setor da Casa devem ter completado o treinamento com vistas a certificação da administração da AL. Se tudo correr dentro do cronograma, diz a professora, a Assembléia pernambucana será a primeira Casa Legislativa do Nordeste a obter o diploma ISO 9000 no setor administrativo.